

CONCEITO

Administração Pública
(nessa qualidade)

Supremacia sobre o particular

Ajuste

Particular ou outra entidade administrativa.

Objetivos de interesse público

+

Regime de direito público

Contratos típicos ou verticais

USO DO CONTRATO

• Contrato é **obrigatório**:



Será **facultativo**:

1. Quando a administração puder substituí-lo por outros instrumentos:
Ex: carta-contrato, autorização de compra, ordem de execução de serviço.
2. Compra com entrega imediata e integral sem obrigações futuras.
(Inclusive assistência técnica)

Concorrência
Tomada de preços ou dispensas/inexigibilidades nessa faixa de preços
+ Contratações de qualquer valor de que resultem obrigações futuras

contratos administrativos

≠ CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO:

Inclui todos os contratos firmados pela Administração (de direito público ou de direito **privado**)

- Administração **não** age com supremacia (Regime predominantemente privado)
- São atípicos.
Ex: Contrato de locação.
(Admin. como locatária)

CLÁUSULAS NECESSÁRIAS

(Art. 55 da Lei 8.666/93)

- Objeto
- Regime de execução
- Pagamento
- Garantias
- Penalidades e multas
- Casos de rescisão (...)

TCU: não pode haver cláusula de multa/indenização contra a administração em caso de rescisão.

ASPECTOS GERAIS

• A depender do **objeto** do contrato:

1. Fornecimento
2. Serviço
3. Obra pública
4. Concessão

CONTRATOS DE OBRA PÚBLICA

• Execução **indireta** de
Administração
contrata um terceiro

Construção
Reforma
Fabricação
Recuperação
Ampliação
de bem público

REGIMES DE EXECUÇÃO

1. Empreitada por preço global:

- O construtor é remunerado pela **totalidade** da obra.
Pagamento quando de sua conclusão

2. Empreitada por preço unitário:

- Contratação por preço certo de **unidades** determinadas.
(Ex: Preço por metro quadrado de rodovia pavimentada)

3. Empreitada integral:

- Contratação de **todas as etapas** da obra/serviço/instalações até sua entrega em **condições de operação**.
Atendidos os requisitos

4. Tarefa:

- Contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo.
Envolvendo ou não o fornecimento de materiais

contratos
administrativos
= ESPÉCIES =

CONTRATOS DE FORNECIMENTO

• Aquisição de bens **móveis**.

• **Tipos:**

1. Entrega imediata e pagamento à vista
2. Fornecimento integral para entrega futura
3. Fornecimento parcelado
(Grande quantidade entregue em várias vezes)
4. Fornecimento contínuo
(Bens de consumo habitual/permanente)

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

contratos
administrativos
= ESPÉCIES =

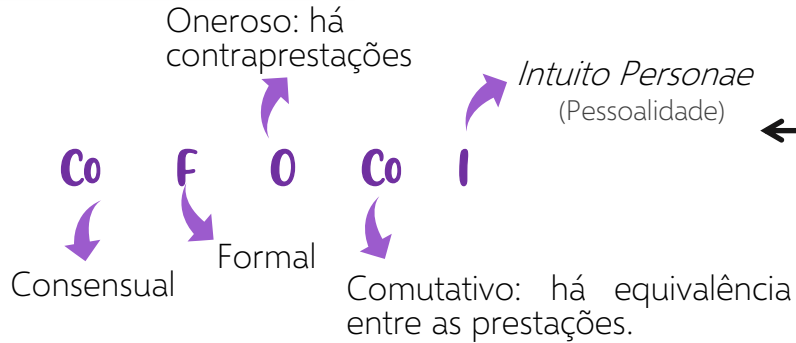
CONTRATOS DE CONCESSÃO

- A administração confere ao particular:
 - ↪ Execução remunerada de { serviço público ou obra pública
 - ↪ Cessão de uso de bem público
- OBS.:** As PPP's são contratos especiais de concessão.
(Parcerias Público-Privadas)

CONTRATOS DE SERVIÇO

- Particular contratado para fazer algo para a administração
(≠ serviços → para a população)
- = Terceirização
- Tipos:
 - Comuns (Não demandam habilitação)
 - Técnicos-Profissionais (Demandam habilitação específica)

CARACTERÍSTICAS



FORMALIDADE

- Sujeito às regras da **Lei 8.666/93**
- Condição de eficácia: **publicação** resumida do instrumento do contrato ou seus aditamentos.
- Em regra, devem ser **escritos**.
O contrato **verbal** é permitido para **pequenas compras** de pronto pagamento < **R\$8.00,00** sob regime de adiantamento.
- Em regra, são lavrados na própria **repartição pública**.

PESSOALIDADE

- A contratada deve realizar o objeto do contrato.

Em regra, é **vedada a subcontratação**.
(Também são **vedados**: associação do contratado com outrem, cessão e transferência)

Requisitos para subcontratação:
(Cumulativos)

1. Prevista no edital
2. Prevista no contrato
3. Parcial(Não integral)
4. Até o limite admitido pela administração

Caráter excepcional

contratos administrativos

CONTRATO DE ADESÃO

(Di Pietro)

- As cláusulas são fixadas **unilateralmente** pela administração.
(Ex.: A minuta do contrato já vem no edital)

ASPECTOS GERAIS

- Exorbitam o direito comum.
- Podem ser **vantagens** ou **restrições** à administração ou ao contratado.
- ➔ Maior parte = **prerrogativas** da administração.

ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

- ➔ Somente das cláusulas **regulamentares**.
(ou de serviço)
- As cláusulas financeiras/econômicas **não** (relacionadas à remuneração) podem ser alteradas unilateralmente.
- Se as alterações unilaterais impactarem a remuneração do contratado ➔ as cláusulas **econômico-financeiras** devem ser revisadas.
- ➔ O equilíbrio contratual deve ser mantido.
- O contratado é obrigado a aceitar as **alterações**.
Devem respeitar o interesse público



DECORE!

Alterações Quantitativas

(Limites)

- Acréscimos $\begin{cases} \leq 25\% \\ \leq 50\% \text{ (Reforma)} \end{cases}$
- Supressões Unilaterais ➔ $\leq 25\%$
- Supressões Bilaterais ➔ Não há limite

OBS: a Lei das Estatais não admite alteração unilateral do contrato.

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO

- Por interesse público ➔ o particular é obrigado a aceitar o fim do contrato.
- A administração não precisa recorrer ao Poder Judiciário ➔ pode declarar diretamente.
- Só a administração pode! (o particular não)

OBS: a Lei das Estatais não admite alteração unilateral do contrato.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

= CLÁUSULAS EXORBITANTES =

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- Por um representante da administração.
("Fiscal do contrato")
➔ Permitida a contratação de terceiros para assisti-lo.
- É **permanente** (durante todo o contrato).
- O contratado mantém um **preposto** para representá-a.
Aceito pela administração

A fiscalização pela administração não exclui/reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados a terceiros.

APLICAÇÃO DIRETA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A administração pode aplicá-las **diretamente**.

→ Poder Disciplinar → há vínculo com a administração.
(não é Poder de Polícia) **PEGADINHA!**

• Sanções aplicáveis:

1. Advertência

2. Multa por:

- Atraso injustificado (= Multa de mora)
- Inexecução do contrato

→ A multa pode ser **cumulada** com as outras sanções.

→ A multa pode ser **abatida** da garantia

3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração por:

- Até **2 anos** (Lei 8.666/93)
- Até **5 anos** (Pregão)

4. Declaração de idoneidade para { licitar
contratar

com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes ou seja promovida a reabilitação do apenado.

→ Sua aplicação é de competência

exclusiva de { Ministro de Estado
Secretário Estadual ou
Secretário Municipal

Devem ser respeitados o contraditório e a ampla defesa e o direito a recursos.

EXIGÊNCIA DE GARANTIA

- É **facultativa**!
- Só pode ser exigido do licitante **vencedor** e deve estar prevista no instrumento convocatório.

O contratado escolhe a **modalidade**:

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
2. Seguro-garantia.
3. Fiança bancária.



- Deve ser **< 5%** do valor do contrato. (Regra geral)
- **< 10%** para obras, serviços, fornecimentos de grande vulto com alta complexidade e riscos financeiros consideráveis.

- A garantia na fase de **habilitação** na licitação é limitada a **1%** do valor estimado do objeto da contratação.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
= CLÁUSULAS EXORBITANTES =

OCUPAÇÃO PROVISÓRIA OU TEMPORÁRIA

- Quando se tratar de **serviços essenciais**, a administração pode ocupar provisoriamente:

{ Bens
Pessoal
Serviços

para **evitar a interrupção** da execução do contrato.

- **Pode ser:**

- Medida acautelatória (Durante a apuração de faltas administrativas)
- Após a rescisão contratual (Para garantir a continuidade do serviço público)

RESTRIÇÕES À EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO

- Exceção do contrato não cumprido = instituto do **direito privado** → a parte pode recorrer-se a cumprir sua prestação se a outra não cumprir a sua.

- No Direito Administrativo, esse direito é **limitado** → a Lei 8.666/93 deu tolerância de **90 dias** para a administração.



Após esse prazo, o contratado pode:

- **Suspender** o contrato até a normalização da situação ou
- **Rescindir** o contrato → Judicial ou amigavelmente

→ O particular fará jus a:

1. Ser ressarcido dos prejuízos
2. Receber de volta sua garantia
3. Receber os pagamentos devidos até a data da rescisão
4. Pagamento dos custos de desmobilização

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS = CLÁUSULAS EXORBITANTES =

- O particular **não** pode invocar a exceção em

caso de { Calamidade pública
Grave perturbação da ordem ou
Guerra

- Ainda que a administração fique inadimplente por > 90 dias.

REGRA GERAL

- Limitada à vigência do respectivo **crédito orçamentário**.

↪ Em regra = 1 ano.

- **Vedada** a celebração de contratos por **prazo indeterminado**. (regra absoluta!) **ATENÇÃO!**

LIMITAÇÕES TEMPORAIS NÃO SE APLICAM A:

- Contratos relativos a:
 1. Uso de bens públicos por particulares
Ex: Concessão de uso
Concessão de direito real de uso
 2. Concessão de serviços públicos
 3. Concessão de obra pública.

contratos administrativos = VIGÊNCIA CONTRATUAL =

EXCEÇÕES IMPORTANTES

1. Projetos contemplados no **PPA** (prorrogáveis) (Plano Plurianual)

↪ Desde que previsto no ato convocatório.

2. Prestações de serviços contínuos

↪ Pode ter sua duração prorrogada por sucessivos e iguais períodos.

↪ ≤ 60 meses (até 72, excepcionalmente)
Ex: Serviços de limpeza e vigilância.

3. Aluguel de equipamentos/programas de informática

↪ ≤ 48 meses

4. Hipóteses de licitação dispensável **IX, XIX, XXVIII, XXXI** do Art. 24. Lei 8.666/93

↪ Segurança nacional, material das forças armadas (salvo de uso administrativo/pessoal), complexidade tecnológica e defesa nacional e inovação tecnológica.

↪ ≤ 120 meses

Toda **prorrogação** de prazo deve ser justificada por escrito pela autoridade competente para celebrar o contrato.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO

VÍCIOS E DEFEITOS NO PRODUTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

- O contratado é **obrigado** a repará-los (às suas expensas)
(a Administração não pode pagar novamente)

DANOS CAUSADOS PELA EXECUÇÃO DO OBJETO:

→ À Administração ou a terceiros.

- O contratado é responsável pelos danos decorrentes de **culpa ou dolo**.
(=responsabilidade subjetiva)

A fiscalização pela Administração **não** exclui ou reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados. **PEGADINHA!**

Dano pelo só fato da obra:

- Decorrentes da mera execução contratual.
(sem culpa de ninguém)
- A responsabilidade é **da administração**, independentemente de dolo ou culpa.
(= responsabilidade objetiva)

ENCARGOS FISCAIS E COMERCIAIS:

- São a cargo do **contratado**.
- Sua inadimplência **não** transfere à Administração a responsabilidade pelo pagamento.

RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- Se a administração **receber**.
= **Atestado de entrega**: indica que o contrato foi executado corretamente.
= Liberação do contratado.

RECEBIMENTO:

1. Provisório e definitivo:

1. Obras ou serviços (por termo circunstanciado)
2. Compras/locações de equipamentos
→ Em regra: por recibo.
Se equipamento de grande vulto:
Termo circunstanciado.

2. Apenas definitivo (por recibo)

1. Gêneros perecíveis
2. Alimentação preparada
3. Serviços técnicos profissionais
4. Obras e serviços de ≤ R\$ 176 mil **não** sujeitas a verificação de funcionamento ou produtividade.

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS:

- São a cargo do **contratado**, mas a administração responde **solidariamente**.

ENCARGOS TRABALHISTAS:

- São a cargo do **contratado**.
- Em caso de inadimplência, a Administração responde de forma **subsidiária se** for negligente em seu dever de fiscalizar (**STF**)
OBS.: segundo a lei 8.666/93, a administração **não** tem essa responsabilidade)

contratos
administrativos

1. CUMPRIMENTO DO OBJETO

2. TÉRMINO DO PRAZO

= Término **natural** do contrato.

3. IMPOSSIBILIDADE MATERIAL

OU JURÍDICA

= **Posteriormente** à sua celebração, surgem fatos que tornam impossível a execução do contrato.

EXEMPLOS:

- Impossibilidade **material**:

Contratação para reforma de uma repartição que desmorona.

- Impossibilidade **jurídica**:

Contratação de uma empresa que se

contratos administrativos

= **EXTINÇÃO DO CONTRATO** =

4. ANULAÇÃO

- Quando for praticada alguma **ilegalidade** em sua execução.

↪ Inclusive em seu processo licitatório!

- Pode ser feita:

↪ De ofício ou por provocação

1. Pela própria **Administração**.

2. Pelo poder **judiciário**.

↪ Só mediante provocação

- Produz efeitos **retroativos** (*ex tunc*)

↪ Desde o nascimento do contrato

⚠ ATENÇÃO!

↪ **Não** exonera a Administração da responsabilidade de **indenizar** o contratado **pelo o que houver executado** até a data **e por outros prejuízos** regularmente comprovados.

↪ **Não** há indenização por lucros cessantes!

↪ Promove-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

- **Não** há previsão de revogação ou convalidação de contratos.

5. RESCISÃO

- Pode ser
 - Unilateral
 - Amigável
 - Judicial
- Em todos os casos: efeitos **não retroativos** (*ex nunc*)

RESCISÃO UNILATERAL

- Pela Administração = **cláusula exorbitante**.
- **Não** é possível quando o inadimplemento for imputável à Administração (= **fato da administração**)

• Situações (Art. 78):

1. Inadimplemento por culpa do contratado
 - ↳ Cabe também a aplicação de sanções administrativas e/ou assunção do objeto pela administração.
2. Inadimplemento sem culpa
3. Razões de interesse público
 - ↳ O contratado faz jus a
 - Devolução de garantia
 - Ressarcimento dos prejuízos
 - Pagamentos atrasados
 - Custo de desmobilização
4. Caso fortuito ou força maior
 - ↳ Também pode resultar em rescisão amigável ou judicial.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
= EXTINÇÃO DO CONTRATO =

RESCISÃO AMIGÁVEL E JUDICIAL

- Hipóteses de **atos da administração**:

1. Supressão de
 - obras
 - serviços
 - compras

modificando o valor além do limite permitido.

2. Suspensão por > **120 dias** por (ou sucessivas suspensões que resultem nesse prazo) ordem escrita da Administração,

- salvo
 - calamidade pública
 - perturbação da ordem
 - guerra

3. Atraso > **90 dias** dos pagamentos pela administração.

4. A **não liberação** por parte da

Administração de

- área
- local
- objeto
- fontes de materiais

para a execução de

- obra
- serviço
- fornecimento

ASPECTOS GERAIS

- Podem ser
 - Unilateral
 - Por acordo
 - Por circunstâncias alheias à vontade das partes
- Teoria do **equilíbrio econômico** do contrato administrativo → mecanismos para manutenção do equilíbrio. (combater a insegurança econômica do contratado)
- Havendo **mudanças profundas** nas condições iniciais → será possível:
 - **Alteração** contratual para reestabelecer o equilíbrio ou
 - **Rescisão** contratual (se não for possível)

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

= MUTAÇÃO DOS CONTRATOS =

RISCOS (OU ALELAS)

1. Alela ordinária ou empresarial:

- Presente em todos os negócios
- O contrato responde por esses riscos.

2. Alelas extraordinárias:

- Alela administrativa:
 - Alteração unilateral
 - Fato do príncipe
 - Fato da Administração
 (a adm. responde)
- Alela econômica: Teoria da impressão
- Caso fortuito e força maior: Rescisão contratual sem culpas das partes.

FATO DO PRÍNCIPE

= Determinação estatal **geral**, positiva ou negativa, que **onera** substancialmente a execução do contrato.

Ex.: aumento da alíquota de um imposto relacionado.

- Relacionado ao Poder de Império.
- Deve haver **revisão** dos custos do contrato mediante acordo. (para mais ou para menos)

FATO DA ADMINISTRAÇÃO

= ação/omissão da Administração que incide direta e **especificamente** sobre o contrato e **retarda** ou **impede** sua execução.

O contratado pode pleitear a **rescisão** do contrato ou sua **revisão** para continuidade dos trabalhos.

NÃO CONFUNDIR:

Fato príncipe → Ato **geral**. Incide **indiretamente**.

Fato da Administração → Ato **específico**. Incide **diretamente** sobre o contrato.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

= MUTAÇÃO DOS CONTRATOS =

CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

- Eventos **imprevisíveis/inevitáveis** que criam ao contratado uma **impossibilidade absoluta** de executar o contrato.

INTERFERÊNCIAS IMPREVISTAS:

- Ocorrências materiais desconhecidas pelos contratantes
↳ Mas poderiam ter sido previstas!
- Surgem na execução do contrato
- Oneram significativamente sua execução
- Autorizam a revisão contratual

TEORIA DA IMPREVISÃO

(Na aléla econômica)

• Acontecimento:

- Externo ao contrato
- Estranho à vontade das partes
- ↳ Imprevisível e inevitável
↳ Quanto à ocorrência ou dimensão das consequências
- ↳ Causa desequilíbrio significativo
↳ Mas não impossibilitam absolutamente a execução do contrato.
- Busca **reverter** o contrato para reestabelecer o equilíbrio.